

ATOS ADMINISTRATIVOS – ATRIBUTOS

ATRIBUTOS

Obs.: Os atributos são características próprias do ato administrativo.

O ato administrativo é praticado com regras de direito público.

1) PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE

Obs.: Presume-se que os atos são editados em conformidade com a lei.

Cabe destacar que essa presunção é relativa, tendo em vista que é possível contestar o ato praticado pela administração.

Ex.: O servidor que foi demitido pode provar que a sua demissão foi ilegal e ser reintegrado no seu cargo.

Características

a) O ônus de provar (o ônus de agir) que o ato é ilegal é do particular que a ele se opõe;

Ex.: Multa de trânsito.

Obs.: A presunção de legitimidade alcança todos os atos administrativos.

b) esse atributo está presente em todos os atos administrativos;

c) a presunção de legitimidade é relativa (*iuris tantum*), portanto admite prova em contrário a cargo de quem alega ilegitimidade/ilegalidade. Vale dizer, a presunção de legalidade não é absoluta (*iuris et de iure*) que significa “de direito por direito” – não admite prova em contrário.

Obs.: Presunção de legalidade – O ato se adequa a lei.

Presunção de legitimidade – O ato se adequa a lei e aos princípios que norteiam a administração pública.

ANOTAÇÕES

2) PRESUNÇÃO DE VERACIDADE



5m

Significa que os fatos narrados pelo agente ao praticar o ato são verdadeiros, ou seja, realmente aconteceram.

Obs.: A presunção de veracidade também alcança todos os atos administrativos.

Na presunção de veracidade, presume-se que os fatos narrados pelo agente realmente aconteceram.

Ex.: Um agente de trânsito parado no sinaleiro avista um sujeito sem o cinto de segurança.

Nesse caso, o agente poderá multar o sujeito, tendo em vista que presume-se que aquela situação realmente ocorreu.



EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

1. (CESPE/2020/TJ/PA)

O atributo ou característica do ato administrativo que assegura que o ato é verdadeiro, mesmo que eivado de vícios ou defeitos, até que se prove em contrário, denomina-se

- a. coercibilidade
- b. presunção de legitimidade
- c. finalidade
- d. exequibilidade
- e. autoexecutoriedade



COMENTÁRIO

A presunção de legitimidade consiste no atributo ou característica do ato administrativo que assegura que o ato é verdadeiro, mesmo que eivado de vícios ou defeitos, até que se prove em contrário.

Obs.: A professora Di Pietro trata a presunção de legitimidade juntamente com a presunção de veracidade.

ANOTAÇÕES

2. (CESPE/2019/TJ/AM/ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOS)

No que se refere a atos administrativos, julgue o item a seguir

As certidões emitidas pela administração pública possuem fé pública, pois um dos atributos dos atos administrativos é a sua presunção de veracidade.

 COMENTÁRIO

Presume-se que o disposto nas certidões emitidas pela administração pública são verdadeiras.

3. (QUADRIX/2019/CREA/GO/ANALISTA)

Com relação à legislação, julgue o item.

Um atributo dos atos administrativos é a presunção de legitimidade, que é *juris tantum*.

 COMENTÁRIO

Um atributo dos atos administrativos é a presunção de legitimidade, que é *juris tantum*, ou seja, a presunção de legitimidade é relativa.

4. (CESPE/2018/STJ/TÉCNICO JUDICIÁRIO)

Julgue o item que se segue, a respeito dos atos da administração pública.

Todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros, bem como todos os atos administrativos são considerados emitidos conforme a lei, em decorrência das presunções de veracidade e de legitimidade, respectivamente.

 COMENTÁRIO

Na presunção de veracidade presume-se que todos os fatos alegados pela administração pública são considerados verdadeiros, enquanto na presunção de legitimidade todos os atos administrativos são considerados emitidos conforme a lei.

3) AUTOEXECUTORIEDADE

Obs.: Na autoexecutoriedade, a administração pode praticar seus atos sem provimento de autorização judicial.

ANOTAÇÕES



Ex.: Para remover um veículo do Detran não é necessário a autorização judicial.
Vale ressaltar que nem todo ato administrativo possui autoexecutoriedade.

Obs.: A multa não possui o atributo da autoexecutoriedade, tendo em vista que se o indivíduo não pagar a multa, será necessário entrar com uma ação judicial.

Ex.: Quando a administração realiza uma desapropriação e o particular não concorda com o valor da indenização, a administração deverá entrar com uma ação judicial e o juiz irá definir o valor.

A doutrina dispõe que o ato terá o atributo da autoexecutoriedade quando a lei estabelecer ou em situação emergencial.

Na definição de Di Pietro, autoexecutoriedade é o “atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria administração, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário”.

5. (QUADRIX/2019/CRO/GO/ADMINISTRADOR)

Acerca dos atos administrativos, julgue o item.

Nem todos os atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, como é o caso da cobrança de multa.

COMENTÁRIO

A cobrança de multa não possui autoexecutoriedade, tendo em vista que só será satisfeita sua vontade quando receber o valor cobrado e para receber é necessário ter o auxílio de execução do Poder Judiciário.

6. (CESPE/2018/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA)

Considerando a doutrina majoritária, julgue o próximo item, referente ao poder administrativo, à organização administrativa federal e aos princípios básicos da administração pública.

De acordo com o princípio da autoexecutoriedade, os atos administrativos podem ser aplicados pela própria administração pública, de forma coativa, sem a necessidade de prévio consentimento do Poder Judiciário.

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

Considerando o princípio da autoexecutoriedade, os atos administrativos podem ser aplicados pela própria administração pública, de forma coativa, sem a necessidade de prévio consentimento do Poder Judiciário.

Ex.: O proprietário de uma loja fechou o comércio para que seu estabelecimento não fosse fiscalizado. Nesse caso, os agentes irão acionar a polícia para realizar a fiscalização.

Vale ressaltar que administração possui autoexecutoriedade para demolir uma construção irregular, no entanto, a jurisprudência orienta que se a construção for uma casa ocupada, será necessário que haja decisão judicial.



15m

7. (QUADRIX/2022/SEDF/PROFESSOR)

Acerca do direito administrativo, julgue o item.

A presunção de legitimidade ou de veracidade é um princípio administrativo vital para a Administração Pública, e a referida presunção é absoluta, haja vista a necessidade de proteger todos os atos administrativos praticados pelo ente público.

COMENTÁRIO

A presunção de legitimidade ou de veracidade é um princípio administrativo vital para a Administração Pública, e a referida presunção é relativa.

8. (IBADE/2022/TJ/RS/OFICIAL DE JUSTIÇA)

A interdição de um hotel que explore o lenocínio, por exemplo, pode se dar independentemente de mandado judicial, o mesmo dizendo-se com relação à apreensão de alimentos deteriorados ou insalubres, ao fechamento de estabelecimento comercial que não atenda às exigências do código sanitário, quando não tenha atendido “às intimações administrativas, à interdição de imóvel que não atenda às normas de segurança”. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 12ª ed. 2017.

Tal postura está pautada em uma das características do poder de polícia, qual seja:

- a. autoexecutoriedade.
- b. discricionariedade.

ANOTAÇÕES

- c. extroversão.
- d. disciplinaridade.
- e. excessividade.

COMENTÁRIO

A interdição pessoal possui fundamento no atributo da autoexecutoriedade.

9. (QUADRIX/2022/COREN/AP/ANALISTA/ADVOGADO)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item.

Consiste a autoexecutoriedade em um atributo por intermédio do qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, desde que mediante intervenção do Poder Judiciário.

COMENTÁRIO

Consiste a autoexecutoriedade em um atributo por intermédio do qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, não sendo necessário intervenção do Poder Judiciário.

4) EXIGIBILIDADE



20m

Obs.: A exigibilidade está prevista nos atos administrativos.

Ex1.: Um veículo foi apreendido e levado para o Detran e para ser liberado, será necessário realizar o pagamento dos débitos anteriores.

No momento em que a administração restringe a retirada do veículo, é utilizado da exigibilidade.

Ex2.: O ato de inscrever o cidadão na dívida ativa corresponde à exigibilidade do ato administrativo.

- Meios indiretos de coerção: como a aplicação de multa ou a exigência do pagamento de multas anteriores como condição para o licenciamento do veículo.

ANOTAÇÕES

- Bandeira de Mello: graças à exigibilidade, a Administração pode valer-se de meios indiretos que induzirão o administrado a atender ao comando imperativo. Graças à executoriedade, quando esta exista, a Administração pode ir além, isto é, pode satisfazer diretamente sua pretensão jurídica compelindo materialmente o administrado, por meios próprios e sem necessidade de ordem judicial para proceder a esta compulsão. Quer dizer: pela exigibilidade pode-se induzir à obediência, pela executoriedade pode-se compelir, constranger fisicamente.

10. (CESPE/2020/TJ/PA)

A propriedade da administração de, por meios próprios, pôr em execução suas próprias decisões decorre do atributo denominado

- a. autoexecutoriedade
- b. vinculação
- c. discricionariedade
- d. medidas preventivas
- e. exigibilidade

 COMENTÁRIO

A propriedade da administração de, por meios próprios, pôr em execução suas próprias decisões decorre do atributo denominado autoexecutoriedade.

11. (CESPE/2018/CGM/PB/ANALISTA)

No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

As multas de trânsito, como expressão do exercício do poder de polícia, são dotadas de autoexecutoriedade.

 COMENTÁRIO

As multas de trânsito não são dotadas de autoexecutoriedade.

12. (FGV/2022/TRT 13ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO)

ANOTAÇÕES

Flávio estacionou seu veículo em local proibido, numa rua no centro da cidade, e o poder público do Município Alfa, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, lhe aplicou uma multa, como meio indireto de coação.

Carlos estacionou seu veículo em local proibido, em frente à entrada de um hospital, e o poder público do Município Beta, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, procedeu ao guincho do automóvel, como meio direto de execução do ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atributos do ato administrativo que diretamente ensejaram as providências adotadas pelos Municípios Alfa e Beta são, respectivamente,

- a. exigibilidade e autoexecutoriedade.
- b. imperatividade e presunção de veracidade.
- c. imperatividade e executoriedade.
- d. tipicidade e exigibilidade.
- e. autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

COMENTÁRIO



25m

A aplicação de multa do município Alfa possui exigibilidade.

O município Beta, ao guinchar o automóvel, possui autoexecutoriedade.

Logo, os atributos do ato administrativo que diretamente ensejaram as providências adotadas pelos Municípios Alfa e Beta são, respectivamente, exigibilidade e autoexecutoriedade.

13. (CESPE/2022/PREFEITURA DE MARINGÁ/PR/PROCURADOR MUNICIPAL)

O ato administrativo consistente no fechamento de um restaurante pela vigilância sanitária constitui exemplo específico do atributo do ato administrativo denominado

- a. exigibilidade.
- b. autoexecutoriedade.
- c. tipicidade.
- d. imperatividade.
- e. presunção de veracidade.

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

O ato administrativo consistente no fechamento de um restaurante pela vigilância sanitária constitui exemplo específico do atributo do ato administrativo denominado autoexecutoriedade.

GABARITO

1. b
2. C
3. C
4. C
5. C
6. C
7. E
8. a
9. E
10. a
11. E
12. a
13. b

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Rodrigo Cardoso.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

ANOTAÇÕES
